

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA INTEGRAL

AUDITORIA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DAS PEQUENAS E MEDIAS
EMPRESAS

CURITIBA

2014

HANNAH KAROLENE NOGUEIRA REIS

AUDITORIA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DAS PEQUENAS E MEDIAS
EMPRESAS

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista em Auditoria Integral no Programa de Pós-Graduação em Auditoria Integral, do Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Bortolucci Espejo.

CURITIBA

2014

Dedico este trabalho:

A minha Família

A minha companheira Jéssica

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a trindade: Deus, Jesus e o Espírito santo pela dádiva da vida e o dom de amar, por me dirigir e ser meu melhor amigo em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, Haroldo e Aida que me criaram com muito amor e carinho, sendo meus grandes exemplos de vida e de fé e me incentivando sempre a lutar pelos meus sonhos, dar sempre o meu melhor.

A minha irmã Karen, pelo apoio e encorajamento nesta caminhada.

A minha companheira e amiga de todas as horas, Jéssica, pela compreensão, carinho, pelo apoio e principalmente pelo amor e paciência que teve comigo e me incentivado a sempre lutar pelos meus objetivos.

As minhas colegas do LAC – Lar acadêmica de Curitiba que me deram apoio na minha jornada nos estudos após a chegada em Curitiba.

Aos meus professores e a Universidade Federal do Paraná, especialmente ao Departamento de Pós Graduação de Ciências Contábeis.

“Como esta escrito: Por pai de muitas nações te constituí perante aquele no qual creu, a saber, Deus, o qual vivifica os mortos, e chama as coisas que não são como se já fossem”.

Romanos 4:17 – Bíblia Sagrada.

QUADROS

<u>1</u>	<u>QUADRO 1</u>	15
<u>2</u>	<u>QUADRO 2</u>	15
<u>3</u>	<u>QUADRO 3</u>	11
<u>4</u>	<u>QUADRO 4</u>	41
<u>5</u>	<u>QUADRO 5</u>	42

FÍGURAS

<u>1</u>	<u>FÍGURA 1</u>	14
<u>2</u>	<u>FÍGURA 2</u>	16
<u>3</u>	<u>FÍGURA 3</u>	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PROBLEMA	11
3	OBJETIVO GERAL	11
3.1	Objetivos Específicos	12
4	JUSTIFICATIVA	12
5	METODOLOGIA.....	13
6	REFERENCIAL TEÓRICO	13
6.1	Pequenas e Medias Empresas.....	13
6.2	Mortalidade das PME's.....	17
6.3	Principais causas da Mortalidade das PME's	18
6.3.1	Principais motivos.....	20
7.	AUDITORIA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	22
7.1	Conceito.....	23
7.2	Objetivo e funções da Auditoria.....	25
7.2.1	A pessoa do auditor	26
8.	AUDITORIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA MINIMIZAR A MORTALIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	28
8.1	Auditoria Interna.....	29
8.1.2	Importância e necessidade	32
8.1.3	Normas e principais técnicas de Auditoria Interna	34
8.2	Auditoria Externa.....	36
8.3	Auditoria Interna x Auditoria Externa	42
8.4	Auditoria como ferramenta de gestão das PME's	43
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
10	CRONOGRAMA.....	47

11 REFERÊNCIAS.....48

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das pequenas e médias (PME's) empresas tem grande valor para o desenvolvimento econômico e social do país, pois proporciona a geração de novos empregos, gera mais oportunidades, o que acaba contribuindo e muito para nossa economia. O grande problema é que muitas dessas empresas não conseguem prosperar, muitas das vezes não passando do primeiro ano de atividade, devido, dentre outros fatores, a má gestão por parte dos empresários.

Diante de um contexto de dificuldades em se manter no mercado e mais ainda diante da relevância do setor de pequenas e médias empresas para a economia brasileira, existem mecanismos, ferramentas que podem contribuir para a redução, em tão curto prazo dessas empresas. Um suporte para essas empresas está no uso de auditoria que pode ajudar a minimizar esse risco de “mortalidade” das empresas de forma prematura através do direcionamento de ações e levantamento de erros.

Atualmente essas empresas estão percebendo a relevância dos controles de auditoria como uma importante ferramenta de gestão, que se mostra eficiente ao evitar não só a ocorrência de erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos que poderiam ocorrer, evidenciando assim os altos níveis de mortalidade, ainda nos primeiros anos de atividade, na maioria das vezes, à gestão do negócio.

Observa-se que são muitos os benefícios proporcionados pelo uso da auditoria e que mesmo ainda não sendo amplamente reconhecida como uma importante ferramenta de apoio à gestão, possui um relevante papel no contexto organizacional. Diante do exposto, esse projeto de estudo pretende apresentar e ressaltar a auditoria como ferramenta principal que contribui para o crescimento e sucesso das pequenas e médias empresas, fazendo com que o empreendedor tenha uma visão de parceria com auditor, ressaltando que, pois uma auditoria preventiva eleva a chances de sucesso e evitando eventuais pedidos de falência e estabelece foco com objetivos estratégicos dando maior credibilidade aos negócios da organização.

2 PROBLEMA

De acordo com o levantamento de dados no SEBRAE (2013), nos últimos anos temos visto um grande crescimento na criação de novas empresas no Brasil. Esse crescimento gera uma melhoria na competitividade e leva a um grande impacto na economia brasileira, agregando melhorias como geração de gerando empregos, melhoria dos salários e arrecadação de impostos.

Dada a importância do setor das PME's para a economia brasileira, não se pode deixar de mencionar a necessidade de atenção a essas empresas, que muitas das vezes acabam que saindo do mercado em pouquíssimo tempo, dado a falta de estrutura e prepara dos empresários para gerir o negócio, tanto em termos de gestão financeira, quanto em pontos voltados à organização e controle. Outro agravante está na quantidade de burocracias impostas pela legislação brasileira que leva, muitas das vezes, por desconhecimento ou má fé a ocorrência de fraudes dentro das organizações. Nesse momento, surge à auditoria como uma ferramenta de levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações e rotinas das demonstrações contábeis das PME's, evitando assim que alguns problemas possam ocorrer e possam levar a empresa ao fechamento.

Considerando-se o exposto, surge então a necessidade de se realizar o presente estudo mostrando a relevância da auditoria para as PME's, norteando-se pelas seguintes questões de pesquisa: Como a auditoria pode ajudar no processo de gestão das PME's para minimizar a taxa de mortalidade? E qual o benefício que o auditor pode trazer para essas empresas?

3 OBJETIVO GERAL

Identificar como a auditoria pode ser uma ferramenta de gestão para as pequenas e médias empresas, mostrando seus benefícios, como suporte aos empreendedores nas deliberações, apoio nos planejamentos e estratégias, não só contabilmente, mas também na tomada de decisão para a continuidade do negócio.

3.1 Objetivos Específicos

- Verificar a taxa de mortalidade das PME's no Brasil;
- Identificar as principais causas das mortalidades;
- Explicitar as funções da auditoria;
- Destacar como as funções de auditoria podem contribuir para minimizar a taxa de mortalidade das PME's.

4 JUSTIFICATIVA

Uma avaliação do auditor possibilita a eliminação de diversas quedas, não apenas nos demonstrativos contábeis, mas também no desempenho, planos de negócios, riscos, oportunidades das empresas e também nos planejamentos estratégicos. Na auditoria são utilizadas técnicas que avaliam a estrutura organizacional, os pontos fortes e fracos diante dos competidores de mercado, um relatório feito desse ponto é eficaz e eficiente. Como destaca Cordeiro (2013):

Podemos perceber claramente que este desmembramento da auditoria está voltado para os fatos que estão ocorrendo, ou que ainda não ocorreram em linha com pensamento mais moderno dos administradores, cujos resultados efetivamente contribuem para a correção de rumos tempestivamente. (...)

Contudo para diminuição desses problemas que ocorrem com passar do tempo nos primeiros anos de vida, a auditoria pode vir a ser uma importante ferramenta para o sucesso nas tomadas de decisões, não servindo apenas para apontar evitar erros como muitos pensam, mas como um instrumento de gestão para os controles operacionais, fazendo parte de todos os momentos empresariais, avaliando o posicionamento/situação futura e estimular os líderes empreendedores, fazendo com que as atividades da empresa prosperem, evitando assim o fechamento precoce de empresas de pequeno e médio porte.

5 METODOLOGIA

Pretende-se desenvolver uma pesquisa do tipo qualitativa, bibliográfica e descritiva com coleta de dados e informações acerca das gestões das PME's, com o intuito de resolver os problemas colocados neste estudo, e atingir os objetivos propostos. Além do mais, serão realizadas pesquisas para que se conheça mais sobre o assunto, tomando por base dados secundários delineando um novo enfoque sobre a temática proposta, esperando-se que as conclusões possam servir de embasamento para futuras pesquisas.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 Pequenas e Medias Empresas

A busca pelo empreendedorismo tem crescido gradativamente com o passar dos anos. O Brasil, por exemplo, comparada com países no mesmo estágio de desenvolvimento, ocupa uma boa posição devido à evolução de mudanças no mundo do trabalho. O motivo de muitas pessoas hoje em dia buscarem essa independência profissional, dar-se pela necessidade de realização, fuga de rotina profissional, necessidade ou maiores ganhos entre outras coisas.

O forte aumento na criação de novas empresas que tem se cadastrado no regime de SIMPLES nacional tem sido o diferencial, como mostra o SEBRAE:

O crescimento do número de novas empresas, se associado à melhora na competitividade, tende a gerar impactos expressivos na economia brasileira, seja em termos de maior oferta de empregos, melhores salários, ampliação da massa salarial e da arrecadação de impostos, a melhor distribuição de renda e o aumento do bem-estar social.

A importância das pequenas e médias empresas para o Brasil

AS PMEs REPRESENTAM:



Figura. 1 (Fonte: 23º Convenção dos profissionais da Contabilidade)

Como mostra os dados na figura acima, no decorrer do anos tem passado por uma certa instabilidade. Seu papel para a economia brasileira, hoje correspondendo a 98% do numero de firmas, ou seja, respondem por 52% da mão de obra ocupada por emprego formal e participam do PIB com 20% na geração de produto e renda, ou seja, um pouco mais de um trilhão, elas também mostram que são as grandes geradoras de empregos, em 2012 foram 891,7 mil empregos criados e 950 mil em 2013. Como aponta Antônio Everton (2003, p.08):

(...) por causa das transformações no mercado de trabalho, o seguimento das micro e pequenas empresas no Brasil vêm despertando interesse cada vez maior, observando, notadamente, através da atuação dos legisladores e dos governos municipal, estadual e federal.

A questão do tamanho do empreendimento e sua extensão tem também sido de suma importância, tanto para os benefícios do empreendedor como para o governo, pois o mesmo (o governo) se interessa muito saber sobre o porte do empreendimento, para definição do tratamento tributário que lhes será dispensado. E isso tem sido de muita importância, para o empreendedor como também de muita confusão para a maioria das pessoas.

No Brasil existem cerca de 6 milhões e 600 mil empresas formais, das quais 99% são microempresas e pequenas empresas.

Segundo definição do BNDES a classificação dos portes das Pequenas e Médias empresas são essas a seguir:

Classificação	Receita operacional Bruta anual
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média Empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande Empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES (Quadro1)

Segundo o BNDES (2014), Entende-se por receita operacional bruta anual a receita auferida no ano-calendário com:

- O produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria;
- O preço dos serviços prestados; e.
- O resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Já o governo, classifica as Empresas de Pequeno e Médio porte, como mostra o quadro a seguir:

Classificação	Receita operacional Bruta anual
Pequena empresa - EPP	A pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta acima de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
Média Empresa	Acima de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a 300.000,00 (trezentos milhões)

Fonte: Receita Federal (Quadro 2)

Resumindo para cada conjunto existe uma classificação para as PME's:

- No Brasil, segundo definição do BNDES feita pela receita bruta ao ano, considera micro aquelas com faturamento de até R\$ 900 mil; pequena, as com faturamento até R\$ 7,8 milhões e médias as com receita de até R\$ 20 milhões.

- Pelo Estatuto (lei complementar 123/2006), consideram-se como micro as empresas com receita de até R\$ 240 mil, pequenas as que vão até R\$ 2,4 milhão e não faz referência às médias.
- A Receita Federal classifica as micro como aquelas que têm receita bruta ao ano de até R\$ 120 mil, pequena as que vão até R\$ 1,2 milhões e médias aquelas que chegam no limite de R\$ 24 milhões.
- Já o Sebrae valendo-se do número de empregados, vai classificar as micro empresas no setor industrial aquelas com até 20 empregados, as pequenas aquelas com até 100 e as médias aquelas com até 500.

Podemos ver o crescimento vertiginoso das MPE, “de pouco mais de 3 milhões em 2009, o número saltou para 4 milhões. Além do acréscimo de 7 milhões de novos empregos formais na área ao longo de 11 anos (...)” (**Jornal do Brasil, 2003**)

Analisando o quadro abaixo, podemos ver sua projeção de crescimento para os próximos anos:

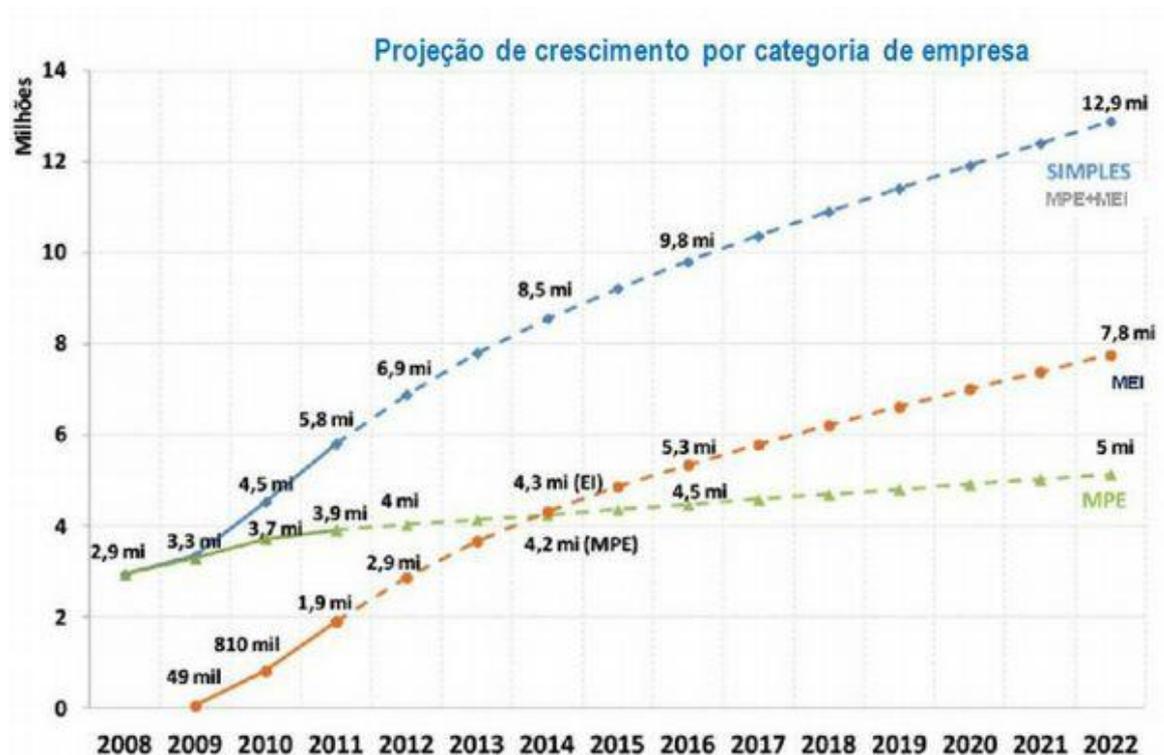


Figura 2. Dados: Sebrae, Jornal do Brasil, 2013.

6.2 Mortalidade das PME's

Como analisado anteriormente a realidade empresarial é eminentemente comportada por PMEs, que hoje em dia são as grandes responsáveis por boa parte da geração de empregos.

Devido ao avanço do empreendedorismo no Brasil, também temos que nos preocupar com sua sobrevivência, pois boa parte não ultrapassam 2 anos de vida. Segundo SEBRAE (2013, p.8):

Tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2007, e as informações sobre estas empresas disponíveis na SRF até 2010, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos de atividade foi de 75,6%. Essa taxa foi superior à taxa calculada para as empresas nascidas em 2006 (75,1%) e nascidas em 2005 (73,6%). Como a taxa de mortalidade é complementar à da sobrevivência, pode-se dizer que a taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos caiu de 26,4% (nascidas em 2005) para 24,9% (nascidas em 2006) e para 24,4% (nascidas em 2007).

E também Luiz Barreto (SEBRAE, 2014):

A taxa de mortalidade vem diminuindo nos últimos 10 anos e em julho de 2013 a sobrevivência chegou a 76%. Há dez anos, esse índice era de 50%. A atual taxa mostra uma melhor capacidade das micro e pequenas empresas para superar dificuldades nos primeiros dois anos do negócio. Nesse período inicial, a empresa ainda não é conhecida no mercado, não possui carteira de clientes e, muitas vezes, os empreendedores ainda têm pouca experiência em gestão. É o período mais crítico porque a empresa está se lançando no mercado e muitas vezes o empreendedor não tem experiência na gestão de um negócio. Mas, qualquer taxa de sobrevivência acima de 70% já pode ser considerada positiva.

O fechamento prematuro das empresas tem sido um grande obstáculo para o empreendedor e para a economia do país. Por isso tem sido de grande importância obter informações que possam identificar as causas das elevadas taxas de mortalidade das empresas.

Como afirma Palermo (2002) “o crescimento e a sobrevivência de uma empresa dependem dentre outros fatores do desenvolvimento de uma gestão eficaz e proativa”.

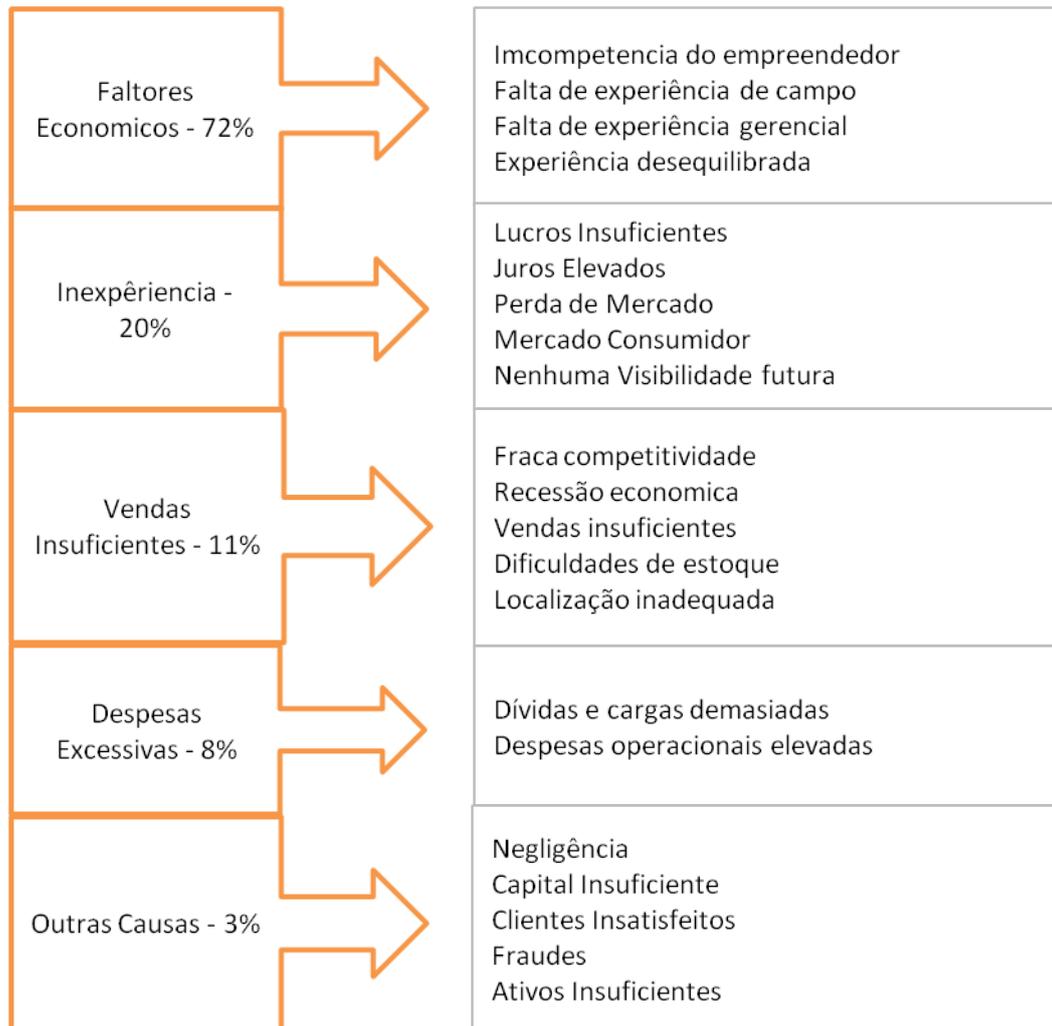
6.3 Principais causas da Mortalidade das PME's

Os principais condicionantes da alta taxa de mortalidade vislumbrada no conjunto das PMEs. Apesar de o Brasil ter uma população empreendedora, por falta de preparo e apoio adequado, o brasileiro também muito fracassa. O país apresenta alta mobilidade social e econômica, nele despontam muitas oportunidades. Contudo, a falta de estrutura adequada em termos de processos legais, contábil e gerencial, a legislação tributária ainda não muito favorável, as exigências burocráticas, a carência de crédito para as mesmas, e de uma política sistemática de apoio e incentivo às pequenas e médias empresas levam a altas taxas de insucesso. Isso porque sem que este tenha percebido qualquer oportunidade interessante de negócio, são mais propensas a sofrerem as conseqüências da falta de planejamento e estruturação, culminando com o fechamento da atividade. Apesar de os números crescentes de empresas que estão conseguindo sobreviver ao mercado nos últimos anos, podemos ainda observar os principais fatores condicionantes para o declínio das mesmas.

Segundo DRUCKER (1984): “o sucesso pode não ser permanente. Pois as empresas são criações humanas desprovidas de permanência real, devendo estas sobreviver além do período de vida de seu fundador, prestando a contribuição que deve a economia e a sociedade”.

Diante disso, as principais causas da mortalidade das empresas como cita Chiavenato (2008, p. 15), "nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam. (...)" Ele aponta algumas das possíveis causas de mortalidade nas empresas, que são apresentadas no quadro a seguir:

A causa mais comum da falha nos negócios.



Fonte: Chiavenato (2008, p.15) (Quadro 3)

Muito dos motivos que provocam o fechamento de um negocio são a falta de visão por parte do empreendedor até uma crise econômica para o setor de atividade, problemas de gestão, planejamento, entre outros. Sendo assim, é necessário compreender os reais motivos que levam a mortalidade.

É muito difícil classificar um motivo, uma vez que mesmo para profissionais com muita experiência, identificar corretamente a fonte de um problema organizacional é sempre difícil, porque é mais fácil identificar os efeitos do que suas causas.

6.3.1 Principais motivos

a) Econômico-financeiros

Os motivos podem ser descritos como aqueles que afetam o ativo da empresas, proporcionando problemas de difíceis soluções. Podemos relacionar como:

- Alterações na conjuntura econômica – se tratando de economia, qualquer negocio sofre alterações, sobretudo os pequenos negócios por estarem em estágio inicial.
- Falta de capita de giro – Essencial para financiar o dia-a-dia dos negócios, pois sem ele pode comprometer a sustentabilidade das operações.
- Excesso de imobilizações financeiras – Ao realizar aplicações de forma inadequada os recursos do empreendimento fica imobilizado e incapaz da gerar lucro
- Falta de política de créditos aos clientes – Não ter perceptibilidade suficiente na hora de conceder crédito, gerando falta de recursos para financiar um bom funcionamento operacional.
- Falta de controle de custo – Quando não se controla adequadamente os custos pode-se comprometer e não gerar o necessário retorno para o desenvolvimento do negocio.
- Gestão financeira deficiente – Esta gestão é fundamental para o equilíbrio no fluxo de caixa, pois para as operações diárias o negócio pode decair.

b) Motivos Comportamentais

São relacionados com decisões pessoais do empreendedor resultando em um comportamento característico.

- Comportamento empreendedor pouco desenvolvido – Geralmente, as pessoas decidem empreender pelos motivos errados, não apresentam característica comportamental necessária para um sucesso de empreendimento. O empreendedor

tem que desenvolver melhor as características antes de dar o primeiro passo ao seu próprio negócio.

- Dificuldades pessoais dos proprietários – Alguns indivíduos têm dificuldades em questão de gerenciamento financeiro. Deve-se levar em consideração por parte do empreendedor uma análise para as eventuais dificuldades irão ocorrer.

- Pouca informação – Hoje em dia é fundamental adquirir informação para se chegar a resultados. Com isso o empreendedor deve sempre identificar fontes e buscar as informações necessárias para tomar decisões acertadas.

- Falta de experiência e preparo – Essa situação é muito comum aos pequenos negócios, por não ter e verificar quais as deficiências a serem corrigidas, como treinamentos, cursos, entre outros.

c) Motivos ambientais

São relacionadas com ambiente em que os negócios se inserem.

- Insuficiência de políticas públicas de apoio: Por mais que exista interesse governamental nas questões de empreendedorismo pode ser que no negocio não exista políticas publicas que apóiem o investimento

- Localização inadequada: É recomendável para importância dos negócios consultar, especialistas de localização para assegurar-se de que o negocio estará bem localizado.

- Dificuldades de suprimentos de matéria-prima: Por ser também uma questão ambiental, pode-se encontrar dificuldade de suprimentos de matéria-prima. Podendo gerar um grande problema de busca de suprimento.

- Tecnologia ultrapassada: Em algumas áreas de negócios, a evolução tecnológica é freqüente e rápida, fazendo com que fiquem defasados e comprometendo sua sobrevivência.

d) Motivos administrativos

Podemos relacionar os seguintes:

- Falta de planejar previamente: Este é o requisito fundamental para o empreendedorismo.
- Administração deficiente do negocio: Sem um gerenciamento qualificado é quase impossível desenvolver um negocio. É necessário dominação de conceitos básicos de gestão para o seu funcionamento.
- Desconhecimento do negocio: Muitos dos empreendedores iniciam-se apenas por virem um ramo que “gera mais dinheiro”. Arriscando-se ao negocio que não conhecem nada.
- Falta de qualidade dos produtos e serviços: se o negocio não apresentar um padrão de qualidade satisfatório, certamente estará caminhando para o fracasso.
- Falta de qualidade do pessoal: para qualquer sucesso de um empreendimento, é devido às pessoas que o compõe, pois sem a qualificação mínima e necessária o negocio ficará comprometido.

e) Outros motivos

Certamente os problemas societários e de sucessão está entre os principais motivos que levam o negocio a fechar as portas.

- Problemas societários: acontece quando o empreendedor busca um sócio para financiar uma idéia. Porem é preciso escolher quem será um bom sócio ao negocio, para evitar conflitos freqüentes.
- Problemas de sucessão familiar: quando o empreendedor precisa ser substituído no comando, e não tem herdeiro preparado para sucedê-lo.

7. Auditoria como instrumento de gestão

As Pequenas e médias empresas hoje no Brasil se tornaram um grande instrumento de crescimento econômico brasileiro nos últimos anos, assim se tornando a chave do desenvolvimento econômico do país. Analisando, muitas delas

são de propriedade familiar, agem no mercado desregulamentado e usam o seu próprio capital para manter e expandir o seu funcionamento.

Podemos ver assim que enfrentam vários desafios para sua continuidade. E todos os dias, a necessidade de tomada de decisão dos pequenos e médios empresários são grandes, elas têm que ser acertadas e rápidas. Assim os fatores econômicos não são a única preocupação, apesar de que nos últimos anos a taxas de sobrevivência ter tido um pequena alta, podemos verificar que as dificuldades de gestão e controles dessas PME's surgiram como grandes problemas significantes para a economia, e como se não bastasse isso ainda existe a competitividade no mercado, as grandes empresas.

7.1 Conceito

A palavra “auditoria” origina-se do latim audire (ouvir) onde inicialmente, foi utilizada pelos ingleses (auditing) para representar os procedimentos de revisão de escrituração e evidenciação dos registros contábeis. No entanto, seu significado atual é bem mais amplo. Porque de ouvir (que também se constitui numa ação importante para o auditor, principalmente quando o auditado é questionado sobre procedimentos adotados), a auditoria suporta-se de outras técnicas de investigação que constituem o mapeamento da situação patrimonial de uma organização.

No território brasileiro o movimento da auditoria começou em São Paulo acerca de quase 50 anos, através do Instituto de Contadores Públicos do Brasil e mais tarde surgiu em outras instituições.

De acordo com Araújo, Arruda e Barreto (2008 p. 75-76)

✓ Auditoria: é o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação desses informes contábeis.

Segundo Attie (2006, p.25) “A Auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Auditoria contábil é uma técnica que se utiliza da revisão da pesquisa para fins de opinião e orientação sobre orientações patrimoniais sobre uma entidade, verificando, a veracidade dos relatórios apresentados, bem como certifica-se de que foram feitos baseados nas regras e conceitos contábeis. (Lopes de Sá. 2002, Pg.21)

Com isso podemos analisar que auditoria não é somente para as grandes empresas, hoje a auditoria ela vem evoluindo até para as pequenas empresas com todas suas atribuições.

Contudo,

a auditoria é o ramo da contabilidade, a autenticidade das demonstrações contábeis, examina os critérios e procedimentos contábeis adotados em sua elaboração e se estes estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade. (FRANCO E MARRA, 1992, p. 248)

Boynton, Jhonson e Kell (2002, p. 30,31) definem auditoria como:

Um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre a afirmações a respeito de ações e eventos econômicos para aquilatação do grau de correspondência entre afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados.

Audibra: (1991, p.33)

[...] é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as mesmas.

Entretanto, a auditoria trata do processo de avaliação, validação e mapeamento de riscos e oportunidades, Segundo Crepaldi (2002), “a auditoria estuda o exame dos documentos, livros e registros contábeis, inspeção e obtenção de informações, internas e externas, ligadas ao controle do patrimônio, focando constatar a perfeição desses registros e suas demonstrações contábeis”. Na visão de Sá (2002), “a auditoria é aplicada com o fim de refletir a real situação da empresa, após profunda análise patrimonial financeira, tornando o auditor capaz de formar uma opinião precisa e imparcial”.

Pode se ver que a auditoria vem sendo de uma forma clara, e objetiva, uma grande ferramenta para os empresários, sócios e gestores na gestão das empresas e nas tomadas de decisões, pois os auditores conseguem ver a verdadeira situação do patrimônio da empresa, e também corroborando nos controles de erros praticados por funcionários e até mesmo da própria contabilidade da empresa e claro, na tomada de decisão.

7.2 Objetivo e funções da Auditoria

O objetivo da auditoria compreende, segundo Marra e franco (2001, p.31):

[...] é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registro contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. A auditoria pode ter por objetivo inclusive, fatos não registrados documentalmentemais relatados por aqueles que exercem atividade relacionadas com o patrimônio administrado, cuja informação mereça confiança, desde que tais informações possam ser admitidas com seguras pela evidencia ou por indícios convincentes.

Assim podemos dizer que o objetivo principal da auditoria é a confirmação e autenticidade através da pessoa do auditor a confirmação das demonstrações e registros contábeis.

Segundo Attie (2000, p. 81):

A contabilidade se baseia essencialmente em fatos fundamentos em documentação idônea, em obediência a princípios e normas contábeis consagradas pela doutrina, registrando-os de forma uniforme, homogênea, ordem cronológica, o que dá a ela característica de verdadeira historia do patrimônio.

A finalidade principal da auditoria é a confirmação dos registros contábeis e consequentemente as demonstrações contábeis, ou seja, ela verifica a autenticidade de todos os registros contábeis e dá o seu “carimbo” de credibilidade e confiabilidade para confirmação dos próprios fins da contabilidade atestando a veracidade deles obtida.

Segundo Attie,(2000,p.31) também:

O objetivo do exame normal da auditoria das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, e o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com os princípios de contabilidade aplicados com uniformidade durante os períodos.

Podemos também dizer que o objetivo da auditoria, conforme a Resolução nº 1.203/2009, item 3, que aprova a NBC TA 200:

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião.

A auditoria e a pessoa do auditor possui uma grande gama de meios possíveis para verificar e apurar a veracidade dos registros e lançamentos contábeis, muitas vezes também recorrendo a informações externas e também internas, como cartas de circularizações, questionários internos e etc, sendo que até a falta de documentos que deveriam existir e não são fornecidos para as análises de auditorias já são formas e pontos de auditoria de comprovar que não há exatidão nas demonstrações contábeis.

7.2.1 A pessoa do auditor

De acordo com o Portal da Auditoria:

O contador, na função de auditor independente, deve manter seu nível de competência profissional pelo conhecimento atualizado dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, da legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação específica aplicável à entidade auditada.

Podemos dizer que é através da pessoa do auditor com base nas NBC TAs, os sócios podem ter uma certa confiabilidade dos seus números. E com base em sua opinião as próprias NBC Tas exigem que ele obtenha uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras e contábeis estão livres de distorções relevantes independentemente se foram causadas por fraude ou erro.

De uma forma bem resumida, podemos apontar dois grandes objetivos gerais do auditor, conforme a resolução CFC nº 1.203/2009, item 11:

- ✓ (a) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável;
- ✓ (b) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC TAs, em conformidade com as constatações do auditor.

Ao longo do seu trabalho o auditor é obrigado a cumprir as exigências éticas relevantes, inclusive pertinentes à independência. Durante seu trabalho o ceticismo profissional sempre deve existir.

Podemos ver muitos exemplos de casos que são encontrados na pessoa do auditor são elas de acordo com Melhem e Novochadlo (2011, p. 23):

- ✓ Evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas; informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos a serem usados como evidências de auditoria; condições que indiquem possível fraude ou erro.

O auditor deve permanecer sempre com o ceticismo profissional, com as demonstrações contábeis, ou seja, o ceticismo evita que o auditor não ignore até nas circunstâncias não usuais.

Seu julgamento profissional é imprescindível, pois por meio dele o auditor julga a materialidade, riscos, a natureza e avaliações e extensões dos trabalhos de auditoria.

Quanto à ética, a pessoa do auditor deve seguir a risca para ter mais veracidade nos seus trabalhos. Existe para isso o Código de Ética Profissional do Contador. Podemos observar os principais deles que devem ser observados pela pessoa do auditor:

- ✓ Integridade;
- ✓ Objetividade;
- ✓ Competência e zelo profissional;
- ✓ Confidencialidade;
- ✓ Comportamento (ou conduta) profissional.

Por meio dessas, a confiabilidade dos trabalhos se tornam maiores, e sua veracidade se torna mais objetiva, assim se tornando mais confiável a opinião dada pelo auditor.

Geralmente, ela é solicitada para apurar a responsabilidade e resguardar a integridade dos diretores ou executivos e também serve para dar uma satisfação e propiciar uma garantia àquele que mantém relações com a entidade.

Existem dois tipos de auditoria que também são usadas como ferramenta, que iremos falar a seguir.

8. Auditoria e sua contribuição para minimizar a mortalidade das Pequenas e Médias empresas

Como afirmam Pacheco, Oliveira e La Gamba (2006), que há autores que descrevem os vários tipos de auditorias, como por exemplo, auditoria ambiental, auditoria de sistemas, auditoria fiscal e tributária, entre outras. Apesar do amplo conteúdo que a auditoria em geral aborda, este trabalho tratará somente dois tipos

de auditoria, que segundo Crepaldi (2004) “são a auditoria de demonstrações financeiras e a auditoria operacional, ou de gestão”.

Podemos chamar esses dois tipos de auditoria de: Auditoria interna e Auditoria externa, respectivamente.

Esses dois tipos de auditoria podem minimizar a mortalidade das Pequenas e Médias empresas e não somente isso, e também como elas podem ser uma grande ferramenta para o sucesso na tomada de decisões nesses empreendimentos, e não fortalecendo como muitos pensam erroneamente que a auditoria é somente para as grandes empresas, mas também podendo ser uma grande chave de sucesso para as PME's.

8.1 Auditoria Interna

Segundo Almeida (2003, p. 29):

o auditor externo, além de sua opinião ou parecer sobre as demonstrações contábeis, passou a emitir um relatório comentário, no qual apresentava sugestões para solucionar os problemas da empresa, que chegaram a seu conhecimento no curso de seu trabalho de auditoria. Nisso, o auditor externo passava pouco tempo na empresa, e o foco era a auditoria das demonstrações contábeis.

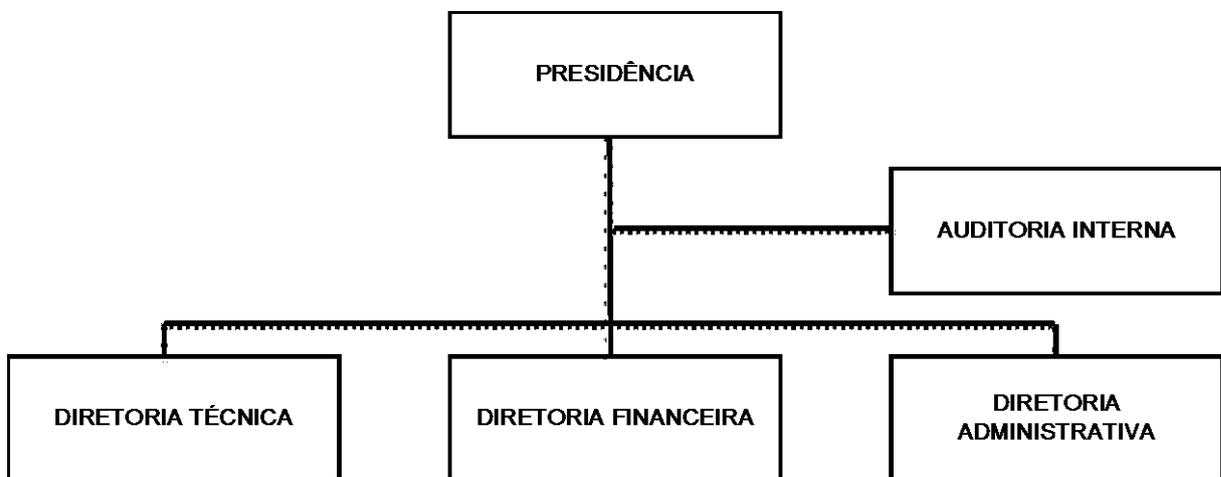
Para que fosse atendida a própria administração da empresa, o necessário seria uma auditoria periódica que a profundidade dos trabalhos fosse mais em profundo e que o foco não fosse só as demonstrações contábeis e sim que focasse também as áreas administrativas da empresa que não fossem relacionadas à contabilidade. Dessa forma, surgiu o auditor interno que trabalha como empregado nas empresas ou nas organizações, cujo mesmo não deve estar subordinado aqueles em que seu trabalho é examinado.

De acordo com Almeida (2003, p. 29), [...] “O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado aqueles cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia a examinar (como, por exemplo, elaborar

lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência”. E para Franco e Marra (2007, p. 219):

a auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo à organização, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da organização o cumprimento daquelas que lhe cabem.

Figura 3: Alocação do Departamento de Auditoria Interna dentro de uma Organização.



Fonte: Almeida (2003, p. 30)

E ainda segundo Attie (1986) "auditoria interna é uma atividade independente, com o intuito de averiguar e avaliar os serviços internos da instituição, ajudando os gestores a desobrigarem de suas responsabilidades, fornecendo a eles suporte, assessoria e as divulgações das atividades examinadas".

Sendo assim, a auditoria interna é grande importância para as organizações na empresa, pois ela ajuda a minimizar erros, simplificar as tarefas, elimina os desperdícios e serve de grande apoio para os empreendedores que buscam eficiência e minimizar os as melhores praticas dos seus controles internos e suas determinadas áreas.

8.1.1 Objetivos da auditoria interna

Sobre os objetivos, Attie (1992, p.29) resume que a Auditoria Interna tem por objetivo:

- Examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para auferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;
- Examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;
- Examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real;
- Verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica;
- Examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos; e
- Se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado; e
- Comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas.

Segundo o Portal da Contabilidade, (2014):

O objetivo da auditoria interna é beneficiar a organização com melhor controle de seu patrimônio, procurando reduzir a ineficiência, negligência, incapacidade, erros e fraudes. A realização de procedimentos regulares visando identificar as falhas e preveni-las, reforçando os controles, é imprescindível para qualquer gestão organizacional. Neste sentido, a auditoria interna, preventivamente, realiza a análise da adequação dos mecanismos de controle, visando maior segurança patrimonial e confiabilidade nos relatórios contábeis e gerenciais.

Além dessas atribuições à auditoria interna, ela não só observa como está sendo os controles internos da empresa, mas ela facilita a gestão do empreendedor buscando sempre obter de forma prática aperfeiçoar os resultados obtidos através de testes, papéis de trabalho e evidência, onde ela busca um melhor desempenho nas atividades da organização para cada setor da empresa sempre buscando

controles mais eficientes e minimizando os erros que podem ocorrer com o passar dos dias ou até mesmo fraudes se forem o caso.

8.1.2 Importância e necessidade

Com o passar dos tempos, as PMES vem evoluindo de modo que os empreendedores busquem aperfeiçoar os seus controles para que se desenvolvam cada vez mais rápido. E a pessoa do auditor interno vem buscando garantir que esses controles se tornem mais práticos e eficientes, e com isso a auditoria vem crescendo com o passar dos tempos, e sua necessidade vem se tornando cada vez mais necessárias numa empresa.

Segundo Paula (1999, p.40):

A Auditoria Interna é importante para a entidade por que:

- É parte essencial do sistema global do controle interno;
- Leva ao conhecimento da alta administração o retrato fiel do desempenho da empresa, seus problemas, pontos críticos e necessidades de providências, sugerindo soluções;
- Mostra os desvios organizacionais existentes no processo decisório e no planejamento;
- É uma atividade abrangente, cobrindo todas as áreas da empresa;
- É medida pelos resultados alcançados na assessoria à alta administração e à estrutura organizacional, quanto ao cumprimento das políticas traçadas, da legislação aplicável e dos normativos internos;
- Apresenta sugestões para a melhoria dos controles implantados ou em estudos de viabilização;
- Recomenda redução de custos, eliminação de desperdícios, melhoria da qualidade e aumento da produtividade;

- Assegura que os controles e as rotinas estejam sendo corretamente executados, que os dados contábeis merecem confiança e refletem a realidade da organização e que as diretrizes traçadas estão sendo observadas;
- Estimula o funcionamento regular do sistema de custos, controle interno e o cumprimento da legislação;
- Coordena o relacionamento com os órgãos de controle governamental;
- Avaliam, de forma independente, as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da companhia e por empresas controladas e coligadas;
- Ajuda a administração na busca de eficiência e do melhor desempenho, nas funções operacionais e na gestão dos negócios da companhia.

De acordo com as afirmações acima podemos analisar que a Auditoria interna é uma grande ferramenta de controle sobre os registros, ações e funções, da empresa, que serve para auxiliar os administradores e proprietários nas tomadas de decisões identificando a área que precisa de ajustes e correções.

Ainda segundo Paula (1999, p.42) a auditoria interna é necessária para a organização, pois:

- Para garantir que os procedimentos internos e as rotinas de trabalho sejam executados de forma a atender aos objetivos da entidade e às diretrizes da alta administração;
- Porque atesta a integridade e fidedignidade dos dados contábeis e das informações gerenciais, que irão subsidiar as tomadas de decisão dos dirigentes;
- Por salvaguardar os valores da entidade;
- Porque, mesmo com todos os controles perfeitos, ainda existiriam pessoas em seus quadros de funcionários sujeitas às naturais fraquezas humanas, para as quais não existem controles;
- Por permitir a análise dos dados com isenção e independência;
- Porque assessora a administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, fortalecendo o controle interno;
- Por sua importância como órgão de assessoramento, servindo como olhos e ouvidos de seus dirigentes;
- Porque colabora com o fortalecimento dos Controles Internos e ajuda a agregar valor aos produtos;

- Porque assegura à alta administração que as diretrizes administrativas e de ordem legal estão sendo cumpridas adequadamente;
- Para fins de acompanhamento de fatores críticos de sucesso;
- Por avaliar os Controles Internos da empresa. A sua existência, a médios e longos prazos, poderia ocasionar a deterioração dos Controles Internos de uma maneira geral;
- Porque a Auditoria Interna traduz-se num dos braços da alta administração;
- Por ser obrigatória sob os aspectos legal e estatutário.

Podemos listar vários motivos da necessidade de o porquê a auditoria interna é necessária para as organizações, contudo ela vai sempre ser considerada como uma chave importante para garantir e otimizar os controles de uma empresa e minimizando as principais causas da mortalidade.

8.1. 3 Normas e principais técnicas de Auditoria Interna

Geralmente o auditor interno faz seus exames de auditoria para otimização e melhores dos resultados da empresa. Pra isso, são utilizados técnicas e planejamentos que em que são abordadas de acordo com o ramo empresarial de cada entidade.

Em primeiro lugar precisa-se fazer um planejamento antes do trabalho para que possa avaliar os testes de forma confiável.

De acordo Resolução 986/03 que aprova a NBC TI 01 do CFC, diz que:

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.

O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
 - b) conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;
 - c) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
 - d) A existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
 - e) O uso do trabalho de especialistas;
 - f) Os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
 - g) O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
 - h) As orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e
 - i) O conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.
- O planejamento deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados,

em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.

- Os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.

Sintetizando a norma do planejamento como citado acima, o auditor deve conhecer acima de tudo todos os âmbitos e controles da entidade, conhecer os assuntos da empresa e detalhar qualquer procedimento que for utilizado nos seus trabalhos.

A constituição do planejamento de auditoria é constituído por exames, investigações, incluindo os testes de observância que visa à segurança dos controles internos, seu efetivo funcionamento através da inspeção, observação e investigação dos registros e acompanhamento e confirmação de todos os dados da entidade e incluindo também os testes substantivos que visam à obtenção da evidência, exatidão e validade do trabalho auditado, todos sendo anexados em seus papéis de trabalho, manualmente ou eletronicamente.

Depois de passado o planejamento o auditor deve tomar conhecimento como realizar os testes na empresa; dessa forma é necessário que se façam demonstrar as principais ferramentas utilizadas por eles

Como se pode analisar no quadro apresentado, os procedimentos ou chamadas técnicas de auditoria servem para maximizar a profundidade dos trabalhos de auditoria, tornando-a muito mais ampla em suas ramificações e ajudando assim a diminuição de erros que levam a descontinuidade da entidade.

8.2 Auditoria Externa

A auditoria externa possui vários papéis para as empresas, embora tenha como seu principal função informar aos investidores a posição patrimonial e

financeira de uma organização e é também entendida como estudo e a avaliação de transações, procedimentos e operações com vistas à emissão de opinião quanto a conformidade das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, com as normas e princípios contábeis.

Apesar de a sua principal finalidade ser de emitir um relatório para as grandes empresas e informar os investidores a posição financeira e patrimonial. Poderemos também analisar e aplicar suas metodologias e planejamentos que é semelhante às de auditoria interna para as Pequenas e médias empresas, descobrindo como ela pode ser assim como suas funcionalidades e funções uma grande ferramenta para uma empresa de qualquer porte.

De acordo com Almeida (2003, p. 26), a auditoria externa das demonstrações contábeis é:

[...] “Aquela que examina as demonstrações contábeis de uma empresa e emite sua opinião sobre estas, o que a tornou fundamental, vista como uma medida de segurança, na opinião dos investidores, que passaram a exigir que as demonstrações contábeis fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica”.

Para Perez Junior (1995, p.11), ela pode ser definida como:

O levantamento, o estudo e a avaliação sistemática, de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer aos seus usuários uma opinião fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação.

Para Crepaldi (2002, p.46) a auditoria externa :

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, às mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade. A auditoria externa é executada por profissional independente sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços. Os testes e indagações se espalham por onde haja necessidade de levantar questões elucidativas para conclusão do trabalho ajustado.

A auditoria externa ou também chamada Auditoria independente é muito semelhante a auditoria interna mas tem como principal tarefa exigir com que as demonstrações financeiras e contábeis estejam de acordo com os princípios e normas da contabilidade e que estejam de acordo com a legislação específica,

assim tornando com que a veracidade das demonstrações sejam confiáveis, não somente para o governo ou investidores, mas também para os próprios sócios e administradores da entidade.

8.2.1 Objetivos e normas da Auditoria

A Auditoria externa é realizada por uma instituição externa e independente da empresa em que vai ser auditada, e têm por objetivo de emitir um parecer sobre a administração da gestão de recursos da entidade, sua situação financeira, a legalidade e regularidade de suas operações.

Os objetivos da auditoria externa assim como a auditoria interna os principais objetivos da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, não só apresentando os erros ou até mesmo fraude pela entidade, mas ajudando a empresa a melhorar seus resultados de acordo com os números e confiabilidade neles.

Mesmo sendo semelhante a auditoria interna, a auditoria externa possui algumas diferenças:

- Objetivo da auditoria externa: de atestar a adequação de um ato ou fato com o fim de imprimir-lhe características de confiabilidade. E atender a necessidade de terceiros e do próprio empresário emitindo um relatório de acordo com as NBC's.
- Objetivo da auditoria interna: Tem como principal objetivo atender as necessidades da administração da empresa em relação aos controles internos, aprimorando e verificando as suas necessidades.

Segundo Almeida (1988, p.13):

Para atingir esse objetivo o auditor externo necessita planejar adequadamente o seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno, relacionando com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, passivo, despesas e receitas, a fim de estabelecer a natureza, datas e extensão dos procedimentos de Auditoria, colher as evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras e avaliar essas evidências.

Segundo Crepaldi (2009, p.286):

[...] o auditor independente necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, passivo, despesas e receitas, a fim de estabelecer a natureza, datas e extensão dos procedimentos de auditoria, colher as evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras e avaliar essas evidências.

8.2.2 Normas e principais técnicas da Auditoria Externa

Para a realização dos trabalhos de auditoria externa é preciso planejar e fazer as avaliações para formação de sua opinião imparcial.

De acordo com a NBC TA 300, resolução 1.211/09 do CFC:

O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras:

- auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria;
- auxiliar o auditor a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais;
- auxiliar o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente;
- auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e na alocação apropriada de tarefas;
- facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho;
- auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas.

Para realização dos trabalhos como é preciso fazer um bom planejamento e aplicar os procedimentos conforme Attie (1985, p.162) “os procedimentos de

auditoria que são utilizados para o auditor atingir os objetivos previamente delineados são vários, dependendo das circunstâncias, da efetividade do controle interno e da materialidade envolvida.”

Os testes são feitos através dos papéis de trabalho, recolhendo informações, investigando, examinando e confrontando os dados enviados pela empresa e setor contábil, são chamadas também de técnicas contábeis.

Assim, apresentando essas técnicas, também denominadas como procedimento de auditoria das demonstrações contábeis. Como segue no quadro abaixo abordado por Attie (1992):

TÉCNICAS	DESCRIÇÃO DAS TÉCNICAS DE AUDITORIA
Exame Físico – proporciona ao auditor a formação da opinião quanto à existência física do objeto ou item examinado.	<ul style="list-style-type: none"> · Contagem de caixa; · contagem de duplicatas a receber/a pagar.
Confirmação – implica a obtenção de declaração formal e imparcial de pessoas independentes à empresa e que estejam habilitadas a confirmar.	<ul style="list-style-type: none"> · Confirmação de contas a receber; · confirmação de bancos conta movimento; · confirmação das pessoas autorizadas a assinar pela empresa.
Exame de Documentos Originais – é o procedimento de auditoria voltado para o exame de documentos que comprovem transações comerciais ou de controle.	<ul style="list-style-type: none"> · Documentação de vendas realizadas; · documentação de serviços adquiridos ou vendidos
Conferência de Cálculos – é o procedimento voltado para a constatação da adequação das operações aritméticas.	<ul style="list-style-type: none"> · Soma do razão auxiliar de clientes/fornecedores; · cálculo dos juros a receber/pagar.
Exame de Escrituração – é a técnica utilizada para a constatação de veracidade das informações contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> · Análise de contas a receber diversas; · análise da conta razão de caixa; · conciliação bancária.
Investigação Minuciosa – é o exame em profundidade da matéria auditada, que pode ser um documento, uma análise, uma informação obtida, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> · Exame minucioso de razoabilidade da provisão para devedores duvidosos; · exame detalhado da documentação de compras/vendas; · exame minucioso dos pagamentos realizados.
Inquérito – consiste na formulação de perguntas na obtenção de respostas satisfatórias.	<ul style="list-style-type: none"> · Inquérito acerca do aumento das vendas do período; · inquérito sobre a existência de duplicatas a receber em atraso; e · inquérito sobre controles internos existentes.
Exame dos Registros auxiliares – é o suporte de autenticidade dos registros principais examinados.	<ul style="list-style-type: none"> · Exame de registro auxiliar de contas a receber/a pagar; · exame de registro auxiliar de vendas; · exame de registro auxiliar de recebimentos e pagamentos.
Correlação das Informações Obtidas – é o relacionamento harmônico do sistema contábil de partidas dobradas.	<ul style="list-style-type: none"> · Correlação do recebimento de duplicatas a receber que afetam as contas a receber; · correlação dos pagamentos a fornecedores que afetam as contas a pagar e o disponível; · constituição da provisão para devedores duvidosos que afeta o resultado e as contas a receber.
Observação – é a técnica indispensável à auditoria, pode revelar problemas ou deficiências através de exames.	<ul style="list-style-type: none"> · Observação quanto à uniformidade de obediência aos princípios de contabilidade; · observação de passivos não registrados.

Quadro 4. – Técnicas de auditoria. Fonte: Adaptado de Attie (1992)

É importante saber e compreender que a existência de Auditoria Externa não faz com que a auditoria interna seja desnecessária e muito menos o contrário, já que suas funções e objetivos são diferentes mesmo sendo semelhantes. Todavia, um trabalho em conjunto entre as Auditorias pode ser por ambas utilizadas para se evitar a dualidade do trabalho.

8.3 Auditoria Interna x Auditoria Externa

Como vistos nos tópicos anteriores podemos analisar as diferenças da auditoria interna e auditoria externa, apesar das suas finalidades e funções serem semelhantes, elas ao mesmo tempo são diferentes. Sendo que uma cuida e aplica seus trabalhos numa entidade em que ela trabalha não se subordinando às áreas em que elas são aplicadas e a outra não possui vínculo empregatício com a entidade em que ela aplica seus procedimentos e trabalhos, mesmo ajudando nos seus controles internos e tendo sua principal finalidade a autenticidade das demonstrações contábeis.

Muitas vezes as duas modalidades de auditoria são confundidas, sendo que muitas vezes é preciso esclarecer as diferenças das mesmas

Diferença entre Auditoria Externa e Auditoria Interna.

	AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
Propósito de Trabalho	Análise da atividade operacional	Emissão de opinião sobre demonstrações contábeis
Parâmetros para a execução do trabalho	Normas de controle interno, políticas e procedimentos da empresa	Princípios fundamentais de contabilidade
Preocupação com os controles internos	Eficiência e qualidade de controle	Efeitos relevantes nas demonstrações contábeis
Dependência Profissional	Dependência do emprego	Independência Profissional
Forma de Relatórios	Não padronizados	Padronizados
Principais Usuários	Gestores da Empresa	Acionistas, mercado de

		capitais e credores
--	--	---------------------

(Quadro 5) FONTE: Pacheco, Oliveira e La Gamba (2006)

8.4 Auditoria como ferramenta de gestão das PME's

Como vimos ao longo dos anos as PME's estão evoluindo consistentemente ao passar dos anos, mesmo com as turbulências financeiras, pressão da alta dos preços e custos. Ser um administrador de uma empresa tem sido uma tarefa árdua e complexa na sociedade em que vivemos hoje, e demandando das empresas controles e processos mais fortes e ao mesmo tempo flexíveis que possam ser acompanhados de perto para melhor perpetuação no mercado.

Pra isso são usadas muitas ferramentas são buscadas hoje em dia para maior permanência das PMEs no mercado atual. A empresas que tiverem o planejamento estratégico bem definido, a revisão e estruturação dos processos são as que tem mais chance de se estruturar permanentemente. O proprietário-administrador tem que conhecer mais de perto como é o funcionamento do seu negócio, conhecendo os riscos e processo do funcionamento do seu empreendimento.

A revisão dos processos vem sendo destacada por 76% das pequenas e médias empresas que mais cresceram no país. Por isso a auditoria entra como uma ferramenta para o desenvolvimento das PME's de forma continua, pois ela monitora e verifica os processos contínuos das empresas e não somente as grandes empresas, ela pode auxiliar no processo de crescimento dessas entidades, avaliando a situação delas de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade.

Segundo o SEBRAE (2014)

Muitas pequenas empresas encerram suas atividades antes dos cinco anos de existência. Vários são os motivos que as levam a fechar as portas: falta de capital, dificuldade em obter financiamento, dificuldade em contratar mão de obra especializada. Porém, um dos principais fatores que provocam sua mortalidade é uma gestão ineficaz.

Portanto,

(...) uma boa saída para os empreendedores que acabam se tornando administradores, é a chamada auditoria de desempenho. Os benefícios proporcionados pelos auditores ainda não são amplamente reconhecidos.

Continua a prevalecer à visão de que não passam de profissionais que apontam apenas problemas - sem apresentar soluções - e sempre estão ávidos em reduzir o quadro funcional. (AMANO, 2009).

Nesse sentido, ressalta-se que: A auditoria é um instrumento de transformação com um viés positivo em busca da conformidade, acompanhamento, revisão e flexibilidade dos processos da aprimoração da otimização do sistemático combate às fraudes e melhores praticas de controles. Afirmando-se assim:

A função administrativa auditoria é vertente cuja tecnologia necessita de constante melhoria, de sorte a garantir continuidade operacional - com foco na verificação da efetividade das medidas de proteção e das praticas de otimização adotada - aos negócios. (GIL, 2002, p. 23).

Mas para que o sucesso aconteça como também cita Gil (2000, p. 82):

É fundamental que o auditor, antecipadamente, tenha em mente o tipo de fraqueza que a técnica de auditoria irá demonstrar via determinação de prova documental em termo de: fraudes de processos e produtos/resultados dos negócios organizacionais; não conformidade de processos e produtos/resultados dos negócios organizacionais; necessidades de otimização e processos e produtos/resultados dos negócios organizacionais.

Uma pesquisa feita pela revista EXAME e a empresa de Auditoria Delloite (2010), verificou que “dentre os principais fatores decisivos para o crescimento das PME’s, a contratação de profissionais especializados para gestão da empresa, cresceu 3 níveis nos últimos 3 anos e só tende a crescer nos próximos 3 a 5 anos”. Isso mostra como a auditoria vem ajudando as pequenas e médias empresas a se desenvolverem e assim fazendo com que as PMEs consigam gerar mais renda e emprego e desenvolvimento para o país.

9 Considerações Finais

Em face ao grande crescimento e evolução da Pequena e média empresa, ela vem buscando obter uma melhoria para aperfeiçoar seus controles e processos, de uma forma que possa se desenvolver e se manter contínua. E de acordo com nosso estudo, podemos verificar que grandes partes das Pequenas e médias empresas terminam suas atividades antes dos dois anos, sendo por falta de estratégia, falta de planejamento, falta de conhecimento, fatores econômicos, má gestão, entre outras.

Com o surgimento dessa necessidade de aperfeiçoamento e minimização da mortalidade das empresas os sócios-administradores, têm buscado nos últimos anos ajudas de profissionais que tenham mais conhecimentos dos processos de gestão e qualidade para os pequenos e médios negócios. E a auditoria tem sido um grande suporte, como uma ferramenta de auxílio e crescimento nesse aspecto para que isso não aconteça. Pois ela faz o levantamento, revisa e avalia, fazendo mapeamentos e estruturação dos processos, gerando transparência e simplicidade no que diz respeito à entidade, levando a praticidade e ajudando na tomada de decisões mais acertadas de acordo com as normas e princípios contábeis.

A auditoria surgiu através da contabilidade e suas várias ramificações, trazendo consigo técnicas e planejamentos e suas normas, facilitando o entendimento através de seus papéis de trabalho e seus relatórios, uma opção ao novo empreendedor que está pouco tempo no mercado, com a necessidade de melhores controles da empresa, pois quando os sócios-administradores tem mais conhecimento dos detalhes do que acontece dentro da empresa e seu funcionamento ela se permite avaliar e ter melhores estratégias e condições de ter de maneira acertada a forma de trabalhar e manter seus fornecedores, possíveis investidores, a sociedade e acima de tudo os seus clientes.

A transparência dos resultados de forma eficaz faz com que a empresa busque na auditoria caminhos por onde ainda não foram traçados, buscando bons resultados, acompanhamento da gestão, ajudando o empreendedor a gerir a empresa de forma eficaz e transparente tanto para o governo como para os seus próprios colaboradores e principalmente para seus clientes.

Dessa forma a presente pesquisa buscou evidenciar como a auditoria pode ser uma ferramenta de gestão para as Pequenas e Médias empresas, analisando seus processos, suas taxas de sobrevivências e suas causas.

Cabe destacar que a metodologia aplicada neste trabalho acadêmico contribuiu de forma significativa para o atingimento dos objetivos propostos.

Orienta-se para futuras pesquisas:

- ✓ Auditoria dos controles internos e suas classificações;
- ✓ Auditoria da gestão e da Qualidade;
- ✓ Análise dos fatores críticos do sucesso.

11 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6^o Edição São Paulo: Atlas, 2007.

AMANO, Hugo. **Auditoria e Pequenas Empresas**. Artigo - Universidade Mackenzie, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/administracao-e-negocios/auditoria-e-pequenas-empresas/27771/> Acesso em: 09/092013

ATTIE, William. Auditoria: **Conceitos e Aplicações**. 2^aed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3^o edição São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL, INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO - AUDIBRA. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2. ed. São Paulo : Audibra, 1992.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G.; tradução José Evaristo dos Santos. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CAMPIGLIA, Americo Oswaldo. ; CAMPIGLIA, Oswaldo Roberto P. **Controle de Gestão**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CORDEIRO, Claudio Marcelo Rodrigues. Auditoria Como Instrumento de Gestão. **Revista Conselho Regional de Contabilidade do Paraná**. Curitiba, v. 130, n. 2, quadrimestre, 2001. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista130/auditoria.htm>> Acesso em: 09/092013.

COSTA, Eduardo. **Auditoria Administrativa**: ferramenta de gestão. Artigo – Especialista em Auditorias Administrativas, Pernambuco, 2007. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/auditoria-administrativa-ferramenta-de-gestao/20522/>> Acesso em: 09/092013

CHAVES, Junior. ; EVERTON, Antonio. **As Micro e Pequenas Empresas em Foco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comercio, 2003

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: Teoria e Prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Auditoria Contábil**: Teoria e Prática. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**, São Paulo: Pioneira, 1984.

FILHO, Edelvino Razzolini. **Administração da pequena e Média Empresa**, Curitiba, 2011.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Normas de Auditoria: Procedimentos e papéis de Trabalho, Programas de Auditoria, Relatórios de Auditoria**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio de Loureiro. **Auditoria Operacional e de Gestão**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antonio de Loureiro. **Auditoria de Negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOMBARDI, Roberto Junior. **Principais Fatores causadores da Mortalidade Precoce das Micro e Pequenas no Brasil**. Artigo – Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/principais-fatores-causadores-da-mortalidade-precoce-das-micro-e-pequenas-no-brasil/47484/>> Acesso em: 09/09/2013.

DELOITTE. As PME's que mais crescem no Brasil: 2010. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/Conte%C3%BAdos/PMEs/PME2010.pdf>> Acesso em: 24/05/2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1993.

PALERMO, Fernanda Kellner de Oliveira. **As micro e pequenas empresas como propulsoras do desenvolvimento econômico e social**. Jus Navigandi nº 55, março de 2002.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria interna: embasamento conceitual e suporte tecnológico**. São Paulo : Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 8º ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Curso de auditoria**. 10ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Sobrevivências das Empresas no Brasil: 2013. Brasília, DF: SEBRAE, 2013. 47.p